

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS
TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA

COMITÊ DE INVESTIMENTOS
118ª Reunião Ordinária

ATA Nº 8/2025

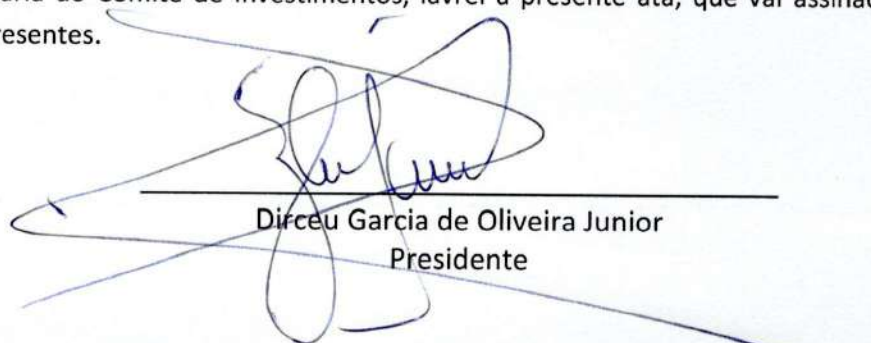
Aos vinte dias do mês de agosto do ano de 2025, às 8:00h, sito à Av. Eloy Chaves, 956, Sala 503, centro, em Três Lagoas/MS, estiveram reunidos os membros do Comitê de Investimentos, devidamente nomeados pela Portaria nº 03/2024, o Diretor Presidente, o Diretor Administrativo-Financeiro, os representantes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA e do Instituto TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA, respectivamente, Srs. Dirceu Garcia de Oliveira Junior, Clécio Abrahão Ataíde, Fabricio de Moura Santos, Fernando Nascimento e Elza Maria Jucá. O Presidente declarou instaurada a reunião ordinária apresentando: 1) as autorizações de aplicação e resgate referentes ao mês de agosto nº A2508000 a A2508011; 2) o detalhamento da Carteira de Investimentos, devidamente atualizada até a data desta reunião; 3) o relatório mensal da carteira de investimentos relativo ao mês de julho/2025. A ordem do dia iniciou-se com a análise do desempenho da carteira de investimentos do TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA; foram constatados ganhos em julho no montante R\$ 3.054.202,81 (0,71%); considerando que o IPCA foi de (0,26%), não foi possível cumprir a meta atuarial determinada para o mês (0,74%). Verificou-se retorno positivo de (0,75%) nas tradicionais aplicações de renda fixa, compostos majoritariamente por fundos de investimentos em títulos públicos; as aplicações em renda variável, apresentaram performance positiva (0,08%), puxadas valorização no índice IBOVESA no acumulado do mês. Com o resultado positivo no mês, a rentabilidade obtida no ano (7,61%) é suficiente para promover o cumprimento da meta atuarial medida até o mês de referência (6,39%). Ato seguinte, passou-se à análise dos fatores de influência da carteira no interstício entre a realização da última reunião a até data presente. No Brasil, o IPCA de julho registrou alta de 0,26%, acima de junho (0,24%), porém com leve perda de força em 12 meses, de 5,35% para 5,23%. Esse movimento reflete a queda nos preços de alimentos e bebidas (-0,27%) que aliviou um pouco o índice, por outro lado, houve alta no grupo Habitação (+0,91%), especialmente energia elétrica (+3,04%) que trouxe impacto relevante devido a reajustes tarifários e à manutenção da bandeira tarifária vermelha. Apesar do recuo marginal na leitura em 12 meses, a inflação continua acima do teto da meta. Também sobre inflação ao consumidor, em julho, o CPI dos Estados Unidos avançou 0,2% em relação a junho, acima do resultado anterior de 0,3% e em linha com as expectativas do mercado. Na comparação com o ano passado, a inflação permaneceu em 2,7%, ligeiramente abaixo das projeções. O destaque foi a queda nos preços de energia, sobretudo gasolina, que ajudou a conter o índice, enquanto os alimentos tiveram estabilidade no mês. O núcleo da inflação, que exclui itens mais voláteis como energia e alimentos, subiu 0,3% em julho e alcançou 3,1% na comparação anual, o maior nível desde janeiro, o que sinaliza pressões mais persistentes nos preços de serviços e bens duráveis. A aceleração do núcleo indica que parte da economia ainda enfrenta pressões inflacionárias, especialmente em habitação, transporte e saúde. Assim, apesar da trégua na inflação cheia, o movimento do núcleo sugere que o Fed deverá agir com cautela, evitando cortes agressivos de juros para não comprometer a convergência da inflação em direção à meta de 2%. Ainda nos Estados Unidos, o índice de preços ao produtor (PPI) de julho de 2025 subiu 0,8% na comparação mensal, acima de junho e acima das expectativas, enquanto o núcleo, que exclui itens voláteis como



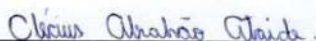
alimentos e energia, avançou ainda mais, 0,9% no mês. Na comparação anual, a inflação ao produtor atingiu 2,2%, o que reforça os sinais de pressões de custos na economia. O resultado preocupa porque sugere repasse potencial para os preços ao consumidor, em um momento em que o núcleo da inflação já mostra resistência. No segundo trimestre de 2025, o PIB da zona do euro avançou 0,1% em relação ao trimestre anterior, o que sinaliza desaceleração frente ao crescimento de 0,6% no início do ano; na comparação anual, a alta foi de 0,5%. O resultado evidencia uma economia em recuperação moderada ao mesmo tempo em que a resiliência do mercado de trabalho e o consumo em alguns setores evitam uma estagnação mais profunda. Em relação às aplicações dos RPPS, a Assessoria de Investimentos Crédito & Mercado recomenda a adoção das seguintes estratégias de Alocação dos Recursos: *Com a piora da conjuntura econômica doméstica e a elevação da exigência do prêmio de risco pelo mercado em relação aos ativos emitidos domesticamente, as pontas longuíssimas da curva de juros se encontram com altíssima volatilidade, o que pode trazer risco demasiado e perdas financeiras para os RPPS, e que por isso recomendamos diminuição gradativa em fundos atrelados ao IMA-B5+. Outrora, enxergamos que o fechamento da ponta longa da curva pode trazer ganho para o RPPS, por isso recomendamos o retorno de alocação para ativos vinculados ao IMA-B e IMA-Geral no que representar até 5% da carteira. Entendemos que exposições sobrealocadas em durations mais longas podem trazer mais riscos. Sob a mesma lógica, como a Selic deve se manter em patamar elevado por mais tempo, além da volatilidade dos ativos de longuíssimo prazo, os fundos de Gestão Duration devem encontrar maior dificuldade de entregar prêmios acima dos ativos livre de risco do mercado, e portanto, recomendamos a redução gradativa da exposição até que enxerguemos maiores condições de alfa para este modelo estratégico. Adicionalmente, recomendamos uma exposição de até 15% para fundos de investimento de média duration, em especial, em ativos pós fixados atrelados à variação da inflação, como o IDKA IPCA 2A e o IMA-B 5. Dado o ambiente de incerteza sobre o teto da Selic, recomendamos cautela em relação a ativos prefixados como IRF-M e IRF-M 1+ por estes possuírem potencial de desvalorização devido a marcação a mercado. Corroborando ao exposto, dado ao patamar mais elevado da taxa básica de juros, recomendamos exposição de até 20% em ativos pós fixados atrelados a taxa de juros, principalmente o CDI, que deve trazer retornos consideráveis para os RPPS nos próximos meses. Para complementar a diversificação da carteira em renda fixa, é recomendado a aquisição de títulos emitidos por instituições financeiras, principalmente as letras financeiras, dado que estes ativos costumam oferecer prêmios que ultrapassam as metas de rentabilidade dos RPPS, desde que claro, sejam considerados de baixo risco de crédito e das melhores instituições classificadas no mercado. Recomendamos até que a exposição atinja 20% do portfólio do RPPS. Quanto a recomendação relacionada a renda variável doméstica, ainda que o cenário de juros elevados e incertezas políticas tragam risco e volatilidade para o segmento, cenários de correção de preços em renda variável abrem janelas de oportunidade para investidores de longo prazo, como os RPPS. Portanto, a nossa recomendação de 20% de exposição no segmento se mantém, porém sugerimos a entrada de maneira gradual para a efetivação do preço médio. Com relação aos fundos estruturados, como os Multimercados e Imobiliários, recomendamos exposição de até 5% em cada um, porém abrimos parênteses que para os fundos Multimercado, recomendamos dividir a exposição em Multimercado doméstico (2,5%) e Multimercado exterior (2,5%), totalizando os 5% sugeridos. No mercado global, o destaque continua sendo a economia americana, que para 2025 é projetado crescimento econômico acima do potencial. Contudo, por conta de maior dinamismo econômico, inflação em patamar ainda um pouco acima da meta, e incertezas econômicas futuras, os juros devem ficar um pouco mais altos do que o inicialmente projetado, trazendo força para a moeda americana. No ambiente de investimentos, sugerimos exposição de até 10% no segmento de exterior, também sob entradas*



cautelosas e gradativas para construção de preço médio. Diversificar a carteira de investimentos com essas opções pode ser uma abordagem equilibrada para os RPPS, permitindo obter retornos e ter proteção contra cenários adversos, sempre alinhados com as metas de rentabilidade estabelecidas. Para investidores que enxergam oportunidades de adquirir ativos a preços mais baixos, é importante estar respaldado para a tomada de decisão. À vista de tais constatações, decidiram os membros do Comitê de Investimentos, por unanimidade, em: 1) Autorizar o gestor a aplicar R\$ 16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais) do fundo de investimentos BB PREVIDENCIARIO RENDA FIXA TITULOS PUBLICOS VERTICE ESPECIAL 2029 FIF RESPONSABILIDADE LIMITADA (CNPJ 59.816.458/0001-66); 2) Autorizar o gestor a aplicar R\$289.283,75 (duzentos e oitenta e nove mil, duzentos e oitenta e três reais e setenta e cinco centavos) no fundo de investimentos CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA (CNPJ 10.740.670/0001-06); e 3) manter inalteradas as demais aplicações. Assim, às 09:15h, o Diretor Presidente deu por encerrada a presente reunião ordinária, da qual eu, Elza Maria Jucá, Secretária do Comitê de Investimentos, lavrei a presente ata, que vai assinada pelos demais membros presentes.



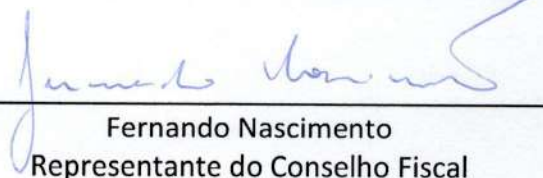
Dirceu Garcia de Oliveira Junior
Presidente



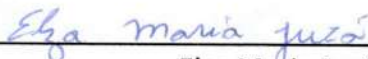
Clécio Abrahão Ataíde
Diretor Administrativo-financeiro do TLPREV



Fabricio de Moura Santos
Representante do Conselho de Administração



Fernando Nascimento
Representante do Conselho Fiscal



Elza Maria Jucá
Representante dos Servidores Públicos Municipais
